

REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO COORDENADOR DE AVALIAÇÃO (CCA)

Handwritten signature in blue ink: "Helder Almeida Gomes"
Handwritten signature in black ink
Handwritten signature in black ink
Handwritten signature in black ink

Artigo 1.º Enquadramento legal

1. O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), bem como do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, que adapta o SIADAP à Administração Autárquica.
2. O funcionamento do Conselho Coordenador de Avaliação rege-se ainda pelo Código do Procedimento Administrativo, designadamente no que respeita aos princípios gerais da atividade administrativa e ao regime de funcionamento dos órgãos colegiais.

Artigo 2.º Definição

1. Entende-se por Conselho Coordenador de Avaliação (CCA) o órgão colegial que funciona junto do dirigente máximo do serviço, legalmente previsto no artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e no artigo 21.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, ao qual compete assegurar a coordenação, harmonização e validação do processo de avaliação do desempenho no âmbito do SIADAP, garantindo a aplicação objetiva, coerente e equitativa dos respetivos subsistemas, bem como a diferenciação de desempenhos legalmente exigida.

Artigo 3.º Objeto

1. O presente Regulamento estabelece as regras de organização, composição, competências e funcionamento do Conselho Coordenador de Avaliação do Município da Ribeira Brava, adiante designada por CCA.

Artigo 4.º Âmbito de aplicação

1. O disposto no presente Regulamento é aplicável a todos os trabalhadores e dirigentes do Município da Ribeira Brava abrangidos nos termos legais estipulados pelo SIADAP.

Artigo 5.º Composição

1. O Conselho Coordenador de Avaliação é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava ou por quem este delegar, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro.
2. Integram ainda o CCA:
 - a) Os Vereadores que exerçam funções em regime de tempo inteiro;
 - b) Os dirigentes municipais designados nos termos da lei.
3. A composição do CCA mantém-se em vigor enquanto não for alterada por despacho do Presidente da Câmara Municipal.
4. O CCA disporá de um secretário nomeado por despacho do Presidente da Câmara, que coadjuvará e elaborará as atas das reuniões, podendo a designação incidir em colaborador alheio ao CCA.

Helder Carneiro
my
of
of
for the
of

Artigo 6.º **Conselho de Coordenação da Avaliação Restrito**

1. Nos termos do n.º 7 do artigo 21.º, do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro e do n.º 7 do artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, para apreciação das questões relacionadas com a avaliação do pessoal dirigente, o CCA restrito será constituído:
 - a) pelo Presidente da Câmara ou Vereador em quem ele delegar;
 - b) pelos Vereadores que exerçam funções em regime de tempo inteiro;
2. Mantém-se como secretário a pessoa nomeada no n.º 4 do artigo anterior, a não ser que exista algum impedimento.
3. Em caso de impedimento, é nomeado por despacho do Presidente da Câmara outro secretário.

Artigo 7.º **Competências do Presidente**

1. Compete ao Presidente do CCA, designadamente:
 - a) Convocar e presidir e dirigir as reuniões;
 - b) Representar o CCA;
 - c) Assegurar o regular funcionamento do CCA;
 - d) Estabelecer a ordem do dia;
 - e) Promover a execução e publicitação das deliberações.

Artigo 8.º **Competências do Conselho Coordenador de Avaliação**

1. Compete ao CCA, nos termos do artigo 21.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro:
 - a) Estabelecer diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP 2 e do SIADAP 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão referido no artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009 ;
 - b) Estabelecer orientações gerais em matéria de fixação de objetivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objetivos;

- c) Estabelecer o número de objetivos e de competências a que se deve subordinar a avaliação de desempenho, podendo fazê-lo para todos os trabalhadores ou, quando se justifique, por unidade orgânica ou por carreira;
 - d) Garantir o rigor e a diferenciação de desempenhos do SIADAP 2 e do SIADAP 3, cabendo-lhe validar as avaliações de Desempenho relevante e Desempenho inadequado, bem como proceder ao reconhecimento de Desempenho excelente;
 - e) Emitir parecer sobre os pedidos de apreciação das propostas de avaliação dos dirigentes avaliados.
- 2- Assim como:
- a) Proceder à análise das propostas de avaliação e proceder à sua harmonização, para assegurar o cumprimento das percentagens relativas à diferenciação de desempenhos, tal como previsto nos artigos 64.º e 75.º da Lei n.º66-B/2007.
 - b) Fixar critérios de ponderação curricular e a respetiva valoração, constantes em ata, que é tornada pública, que asseguram a ponderação equilibrada dos elementos curriculares previstos no n.º 1 do artigo 43.º da Lei n.º66-B/2007 e a consideração de reconhecido interesse público ou relevante interesse social do exercício dos cargos e funções nele referidas, nos termos do n.º4 do artigo 43.º, do mesmo diploma.
 - c) Deliberar sobre a realização de avaliação de trabalhador nos termos do n.º3 do artigo 42.º da Lei n.º66-B/2007.
 - d) Emitir parecer sobre os casos excecionais de avaliação de desempenho apenas por competência nos termos do n.º1, do artigo 45.º-A, da Lei n.º66-B/2007.
 - e) Exercer as demais competências que, por lei ou regulamento, lhe são cometidas.

Artigo 9.º

Competências do Secretariado

1. O secretariado da CCA assegura o apoio técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.
2. Compete, designadamente, ao secretariado:
 - a) Elaborar as convocatórias e atas das reuniões;
 - b) Organizar e arquivar os processos e documentação;
 - c) Assegurar o expediente e o apoio logístico às reuniões.

Artigo 10.º

Reuniões

1. O CCA reúne ordinariamente no último trimestre do ano anterior ao início de cada período avaliativo para efetuar o planeamento.
2. Depois de elaborado o planeamento, o CCA reúne ordinariamente consoante o acordado nessa reunião, o CCA reúne ordinariamente para o cumprimento das suas competências legais.
3. Na 2.ª quinzena de janeiro, realiza-se a reunião do conselho coordenador da avaliação para a análise das propostas de avaliação e à sua harmonização de forma a assegurar o cumprimento das percentagens relativas à diferenciação de desempenhos, procedendo:
 - a) À validação das propostas de avaliação de desempenho muito bom;
 - b) À validação das propostas de avaliação de desempenho bom;
 - c) À validação das propostas de avaliação de desempenho inadequado;

- d) À análise do impacto do desempenho, designadamente para efeitos de reconhecimento do desempenho excelente.
4. O CCA reúne extraordinariamente, sempre que necessário, por iniciativa do seu Presidente ou a pedido fundamentado de, pelo menos, um terço dos seus membros.
 5. De cada reunião do CCA é lavrada uma ata, a qual será submetida a aprovação e assinatura de todos os membros presentes, no final da própria reunião ou no início da reunião seguinte.

Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Helder' and various initials.

Artigo 11.º

Forma de convocatória

1. As reuniões são convocadas por correio eletrónico, com indicação da data, hora, local e ordem de trabalhos, sendo acompanhada de toda a documentação a eles respeitantes.
2. A convocatória deve ser enviada com a antecedência mínima de dois dias úteis, salvo motivo de urgência devidamente fundamentado.

Artigo 12.º

Objeto de deliberação

1. Apenas podem ser objeto de deliberação os assuntos constantes da ordem de trabalhos.
2. Excecionalmente, podem ser apreciados outros assuntos, desde que a urgência seja reconhecida por maioria qualificada dos membros presentes.

Artigo 13.º

Quórum

1. O CCA só pode deliberar validamente quando esteja presente a maioria dos seus membros em efetividade de funções.
2. Na falta de quórum, a reunião é adiada para nova data.

Artigo 14.º

Votação

1. As deliberações são tomadas por maioria simples dos membros presentes.
2. Em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.
3. Não é permitida a abstenção dos membros do CCA.
4. Nos termos do artigo 31.º do Código de Procedimento Administrativo as deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou das qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto.
5. Havendo empate em voto por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação. Se o empate se mantiver proceder-se-á à votação nominal.
6. Os membros do CCA podem fazer constar da ata o seu voto vencido e a respetiva fundamentação.

Artigo 15.º
Impedimentos

1. Nenhum membro do CCA pode intervir na apreciação ou decisão de processos em que tenha a qualidade de avaliador ou avaliado.
2. Em matéria de impedimentos, aplica-se o regime previsto no Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 16.º
Sigilo

1. Os membros do CCA estão sujeitos a dever de sigilo relativamente a toda a informação e documentação a que tenham acesso no exercício das suas funções.

Artigo 17.º
Disposições finais

1. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Regulamento aplica-se o disposto na legislação do SIADAP, no Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro e no Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 18.º
Forma de publicidade e reprodução

1. O presente Regulamento é publicitado nos termos legais, designadamente através da página eletrónica do Município da Ribeira Brava.
2. O Regulamento pode ser reproduzido e divulgado internamente para efeitos de conhecimento e aplicação.

Artigo 19.º
Entrada em vigor

1. O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pelo CCA.

Ribeira Brava, 4 de fevereiro 2026

